

ARTIGO

Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini, “diálogos” sobre a dependência e a burguesia brasileira

*Florestan Fernandes and Ruy Mauro
Marini, “dialogues” on dependence
and the brazilian burgundy*

*Florestan Fernandes y Ruy Mauro
Marini, “diálogos” sobre la
dependência y la burguesia brasilena*

Hugo Dante Cyro Macedo Müller
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Resumo

O presente artigo pretende estabelecer um “diálogo” entre Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini, a partir das suas respectivas obras clássicas *A Revolução Burguesa no Brasil* (1974) e *Subdesenvolvimento e Revolução* (1975). Dentro da temática dos autores, que analisam o problema do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a sua superação, focaremos na questão da burguesia nacional e da dependência. O artigo irá analisar as aproximações e divergências existentes entre Ruy Mauro e Florestan Fernandes sobre os referidos temas.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; Ruy Mauro Marini; dependência; burguesia; revolução.

Abstract

The present article intends to establish a "dialogue" between Florestan Fernandes and Ruy Mauro Marini, from their respective classic works *The Bourgeois Revolution in Brazil* (1974) and *Underdevelopment and Revolution* (1975). Within the thematic of the authors, who analyze the problem of the development of capitalism in Brazil and its overcoming, we will focus on the question of the national bourgeoisie and dependence. Analyzing the approaches and divergences between Ruy Mauro and Florestan Fernandes on these themes will be the objective of this article.

Keywords: Florestan Fernandes; Ruy Mauro Marini; dependency; bourgeoisie; revolution.

Resumen

El presente artículo pretende establecer un "diálogo" entre Florestan Fernandes y Ruy Mauro Marini, a partir de sus respectivas obras clásicas *La Revolución Burguesa en Brasil* (1974) y el *Subdesarrollo y la Revolución* (1975). Dentro de la temática de los dos autores, que analizan el problema del desarrollo del capitalismo de Brasil y su superación, enfocaremos en la cuestión de la burguesía nacional y de la dependencia. Analizar las aproximaciones y divergencias entre Ruy Mauro y Florestan Fernandes sobre los referidos temas será el objetivo de este artículo.

Palabras-clave: Florestan Fernandes; Ruy Mauro Marini; dependencia; burguesia; revolución.

Introdução

Muitos estudos se debruçaram sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, seus limites e contradições durante o longo século XX. Para tais pesquisas, Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini tornaram-se importantes referências, com obras seminais sobre o caráter da burguesia nacional e a dependência do capitalismo brasileiro enquanto chave para entender os caminhos e malogros de nosso desenvolvimento. Por outro lado, em decorrência da ausência de uma relação intelectual entre os autores, a própria historiografia realiza poucas correspondências entre ambos, apesar dos mesmos terem versados sobre o mesmo tema de forma profunda e original. Desta forma, estabeleceremos um “diálogo” entre os referidos intelectuais, apontando aproximações e divergências sobre a questão da dependência e da burguesia. Neste artigo, mobilizaremos a clássica obra de Florestan Fernandes *A revolução burguesa no Brasil*, publicada em 1974, e o célebre livro de Ruy Mauro Marini *Subdesenvolvimento e Revolução*, publicado em 1975. Privilegiaremos um recorte das obras que aborde o desenvolvimento do capitalismo a partir de 1920. Ambos os livros marcam a fase intelectual “madura” de seus escritores. Escritos durante a ditadura empresarial-militar, apontam de forma crítica o caráter da burguesia nacional, então promotora de uma modernização conservadora, e evidenciam, através da teoria da dependência, a permanência do Brasil nos marcos do subdesenvolvimento mesmo diante de altas taxas de crescimento do então recente “milagre econômico” dos anos 70.

Burguesia nacional, dependência e revolução

As perspectivas dos autores apontam elementos que se complementam, porém, não significa que não haja discordâncias entre ambos. O próprio título da obra de Florestan Fernandes pressupõe uma primeira divergência entre os intelectuais. Para Florestan a Revolução burguesa no Brasil teria sido uma revolução “passiva”, de forma peculiar às revoluções na Europa:

A questão estaria mal colocada, de fato, se pretendesse que a história do Brasil teria de ser uma repetição deformada e anacrônica da história daqueles povos. Trata-se, ao contrario, de determinar como se

processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. (FERNANDES, 1976, p.20).

Portanto, a Revolução burguesa no Brasil foi um longo trajeto de transformações lentas que consolidou uma dominação burguesa na sociedade brasileira. A desagregação de um regime escravocrata-senhorial para a consolidação de um regime de classes faz parte de uma revolução que rompeu “com o imobilismo da ordem tradicionalista e se organizou a modernização como processo social”. (FERNANDES, 1976, p.21).

Ruy Mauro Marini não irá trabalhar com o conceito de “Revolução burguesa”, o autor afirma que tal revolução ocorreu em uma etapa definida do capitalismo mundial contra as forças que travavam o desenvolvimento capitalista, além do fato da burguesia ter incluído setores populares neste movimento. Em contraste a tal premissa, o intelectual da Teoria Marxista da Dependência aponta que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se aliou às forças reacionárias – oligarquia – e agiu contrariamente aos interesses da média e pequena burguesia, definindo tal processo enquanto contra-revolucionário: “Em lugar da revolução burguesa, o processo brasileiro representa a derrota das camadas médias burguesas e pequeno-burguesas – e claro está, das massas trabalhadoras – frente ao grande capital nacional e estrangeiro (...)” (MARINI, 2012, p.28). Desta forma, o desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro não passou por um processo revolucionário de caráter burguês devido ao setor exportador da economia ser o elo estruturador das relações de produção capitalista no país e o setor do capitalismo industrial ser dependente deste capital exportador. Portanto, ao invés de uma ruptura com o setor mais arcaico de produção por parte do setor mais moderno da economia, houve uma coexistência marcada pela interdependência dos setores da burguesia brasileira.

Porém, a despeito desta divergência, tanto Florestan quanto Marini partem de um ponto em comum para analisar o desenvolvimento capitalista no Brasil: a sua intrínseca ligação com a estrutura agrária (em maior ou menor grau, dependendo do autor) e a sua dependência em relação ao capitalismo mundial. Desta forma, o capitalismo no Brasil não percorrerá o caminho clássico das burguesias europeias, apesar deste trajeto ter estado como ideário em boa parte da burguesia nacional. Florestan Fernandes realiza um ensaio

sociológico que remonta o desenvolvimento da burguesia no Brasil desde o período colonial, onde identificará as modificações – culturais¹ e econômicas – de um processo de “entesouramento” pré-capitalista para a acumulação capitalista. Tal processo foi caracterizado pela inserção de elementos comerciais da aristocracia agrária no cerne das novas relações de produção.

Será em seu quinto capítulo que o autor irá analisar a concretização da Revolução burguesa, datando o início do século XX como um período inicial deste processo de efetivação do poder burguês. A virada do século é marcada por uma burguesia frágil que alcança o controle político – do Estado – sem alcançar uma hegemonia social e econômica. Assim sendo, a oligarquia brasileira adentrou o século XX sem se fragilizar; a aristocracia agrária, portanto, encarou a transição enquanto uma oportunidade de se modernizar e estabelecer novos laços de alianças. Isso teve como consequência um condicionamento do poder burguês.

O efeito mais direto dessa situação é que a burguesia mantém múltiplas polarizações com as estruturas econômicas, sociais e políticas do País. Ela não assume o papel de paladina da civilização ou de instrumento da modernidade, pelo menos de forma universal e como decorrência imperiosa de seus interesses de classe. Ela se compromete, por igual, com tudo que lhe fosse vantajoso: e para ela era vantajoso tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira, mobilizando as vantagens que decorriam tanto do “atraso” quanto do “adiantamento” das populações. (FERNANDES, 1976, p.205).

Portanto, qualquer “impacto” civilizador e modernizante de uma revolução burguesa foi diluído pelas relações de dependências políticas entre os setores da burguesia. Daí umas das causas desta revolução ter sido “passiva”, lenta e conservadora. Diante da desagregação social ocorrida pela abolição, a burguesia não atuou como uma força reorganizadora, gerando um crescimento tumultuado das zonas urbanas. Pelo contrário, o papel burguês foi no sentido de amenizar as mudanças sociais provenientes do fim da escravidão, preservando relações sociais arcaicas. Florestan adiciona às características burguesas de

¹ Sintetizamos através do termo “modificações culturais” a tese desenvolvida por Florestan acerca das influências da mentalidade da aristocracia rural no desenvolvimento da burguesia nas cidades: “Essa porção de senhores rurais tendeu a secularizar suas idéias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais; e, ao mesmo tempo, tendeu a urbanizar, em termos ou segundo padrões cosmopolitas, seu estilo de vida, revelando-se propensa a aceitar formas de organização da personalidade, das ações ou das relações sociais e das instituições econômicas, jurídicas e políticas que eram mal vistas e proscritas no passado. Em uma palavra, ela ‘aburguesou-se’.” In: FERNANDES, Florestan. *Op. Cit.*, p. 28 -29.

início do século um “provincianismo” de essência rural. As cidades que outrora eram “ilhas burguesas” num sistema colonial estavam impregnadas de um horizonte cultural de forte influência oligárquica. Nelas, as polarizações entre os setores burgueses não rompiam ou ampliavam uma mentalidade de preocupações particularistas da “província”, principalmente de interesses materiais imediatos. Em contradição com sua realidade, a burguesia não deixou de desenvolver um ideário que teve como modelo as burguesias europeias, auto-atribuindo papéis grandiosos de vanguarda em uma possível transformação social e econômica do país. Porém, que nunca saiu do campo das ideias.

As representações ideais da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado. Mais que uma compensação e que uma consciência falsa, eram um adorno, um objeto de ostentação, um símbolo de modernidade e de civilização. Quando outros grupos, se puseram em condições de cobrar essa identificação simbólica, ela se desvaneceu. A burguesia mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico. (FERNANDES, 1976, p.206.)

Assim sendo, gerou-se uma burguesia ausente de um espírito modernizador, circunscrevendo-o no campo econômico para o desenvolvimento das atividades econômicas que lhe interessavam, porém, se ausentado do papel de “guia” da nação em seu aspecto civilizacional. Nesta altura, Florestan adiciona outro elemento para a formação da burguesia nas primeiras décadas do século XX: sob o regime de um capitalismo competitivo, a modernização advinda do capitalismo externo com fins de desenvolver uma economia interessante aos países centrais deveria ter como limite o campo técnico. A força modernizadora externa, portanto, era anulada em seu aspecto cultural evitando uma formação do brasileiro capaz de uma revolução nacional, nocivo aos interesses engendrados pela burguesia nacional e internacional.

Portanto, o desenvolvimento da burguesia passava pelo que Florestan definiu enquanto “procedimentos autocráticos”, ou seja, arranjos entre os setores da burguesia brasileira, e entre esta e a burguesia internacional. Tais procedimentos tinham suas oposições. A primeira seria a contradição entre a prática da burguesia brasileira e a sua filiação filosófica liberal de origem europeia, de uma empresa livre e uma democratização de feições liberais. Como resultado havia uma inevitável concepção da burguesia nacional enquanto

promotora de “acordos espúrios” e deturpada. A segunda oposição com conseqüências mais amplas na política nacional diz respeito a uma pulverização de interesses no interior da “grande burguesia”, na qual setores médios mais radicalizados se tornaram forças opositoras às frações dominantes da burguesia (tenentismo, campanha do sufrágio, etc.), além de setores da própria burguesia industrial (industriais de São Paulo e Rio de Janeiro em alguns momentos) e até da oligarquia (setores rurais economicamente estagnados como das regiões do Rio Grande do Sul). Neste sentido, a reação do arranjo autocrático burguês se deu através de determinadas práticas políticas:

(...) ela teve larga duração, indo do mandonismo, do paternalismo e do ritualismo eleitoral a manipulação dos movimentos políticos populares, pelos demagogos conservadores ou oportunistas e pelo condicionamento estatal do sindicalismo. (FERNANDES, 1976, p.209).

Florestan discorda de que nesta altura do desenvolvimento da República – a partir da década de 1920 – tenha ocorrido uma “crise oligárquica”. Para o autor, as pressões sociais geravam a preocupação burguesa em preservar as condições de acumulação do capital, nesta perspectiva a linha divisória entre os dois setores dominantes da burguesia torna-se ainda mais tênue. Tal fato gera a oportunidade de modernização de setores oligárquicos e também condicionando o caráter econômico e político da revolução burguesa.

Depois de sua aparente destituição, pela revolução da Aliança Liberal, as duas oligarquias ressurgem vigorosamente sob o Estado Novo, o Governo Dutra e, especialmente, a “revolução institucional” (sem que se ofuscassem nos entreatos). Parafraseando os mexicanos, poderíamos dizer que se constitui uma nova aristocracia e que foi a oligarquia (“antiga” ou “moderna”) – e não as classes médias ou os industriais – que decidiu, na realidade, o que deveria ser a dominação burguesa, senão idealmente, pelo menos na prática. Ela comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil. (FERNANDES, 1976, p. 209).

Marini segue a mesma linha ao interpretar a ascensão de setores médios após a década de 1920. As pressões de uma classe média em ascensão levarão a burguesia industrial a buscar uma estabilização de poder através da associação com os latifundiários e sua extensão comercial. Tal fato é denominado pelo autor enquanto uma “coalizão dominante”. Por outro lado, a burguesia estabelece um “esquema particular de relações com o proletariado” marcado por concessões sociais e enquadramento a uma estrutura sindical rígida.

O pacto estabelecido entre a burguesia agroexportadora e a burguesia industrial expressava uma cooperação antagônica e não excluía,

portanto os conflitos de interesses no interior da coalizão dominante. (...) que se manifestaram em uma instabilidade política superficial, sem nunca colocar em xeque, de fato, as próprias bases do poder. (MARINI, 2012, p.57).

Deste modo, a burguesia industrial será limitada e condicionada durante muito tempo pelas oligarquias, parcela da burguesia ligada ao setor primário-exportador. A crise do mercado imperialista na segunda década do século XX gerou uma restrição nas exportações do setor agrário paralelamente a uma diminuição da importação de bens de consumo. Abre-se a possibilidade, portanto, de desenvolver um setor industrial no país para suprir as demandas do consumo interno. Como afirma o autor:

Desde 1920 até o início dos anos 1950, muitos países se lançam por esse caminho, e alguns como a Argentina, o Brasil e o México, chegam a criar uma indústria leve capaz de satisfazer no essencial a demanda interna de bens de consumo não duráveis. (MARINI, 2012, p. 54).

Contudo, para Marini, a ascensão da burguesia industrial não marcou o declínio da oligarquia devido a uma série de políticas do próprio Estado brasileiro que conseguiu manter o escoamento da produção agrária. O período da II Guerra Mundial gerou um aprofundamento das condições para o desenvolvimento do setor industrial, além de reunir as condições objetivas para o controle da “coalizão dominante”. As lideranças trabalhistas representarão o anseio da burguesia industrial de se tornar o setor dominante dentro da burguesia. O esgotamento da indústria leve, de bens de consumo não-duráveis gerou a necessidade de a burguesia industrial desenvolver a indústria pesada, de consumo durável e de bens de produção. Contudo, para tal empreitada o uso maior dos excedentes de exportação e a imposição de taxas alfandegárias se impunham enquanto necessidade para estabelecer essa nova fase da indústria brasileira. Essa aspiração da burguesia nacional se chocou com os interesses oligárquicos e ao mesmo tempo com o capitalismo imperialista que, por sua vez, se reorganizava com muita mais força no pós-guerra.

Percebe-se que ambos os autores realçam o papel da oligarquia no estabelecimento político e econômico da burguesia industrial e rejeitam a tese de “colapso da oligarquia”. Enquanto Marini irá tratar como um pacto entre setores da burguesia, de caráter antagônico e que não excluía conflitos entre ambos, Florestan irá além, identificando uma “fusão” destes setores.

Assim sendo, o populismo – termo que não é aprofundado pelos autores, mas que sintetiza em suas obras a ambígua relação entre concessão de direitos e controle sindical – para Florestan estará ligado a “procedimentos autocráticos” de uma burguesia sem distinções claras entre o setor industrial e oligárquico; por sua vez, para Marini trata-se do produto de um “bonapartismo”² da burguesia industrial lançado para hegemonizar a “coalizão dominante”:

O bonapartismo se apresenta, nesta perspectiva, como o recurso político utilizado pela burguesia para enfrentar seus adversários. Fincando-se nas massas populares urbanas – seduzidas pela fraseologia populista e nacionalista, e mais concretamente, pelas tentativas de redistribuição da renda–, a burguesia tenta erigir um novo esquema de poder, no qual, mediante o apoio das classes médias e do proletariado, e sem romper o esquema de colaboração vigente, seja capaz de se sobrepor às antigas classes latifundiária e mercantil. (MARINI, 2012, p. 58).

O espaço político onde atuariam outros setores sociais – seja da pequena e média burguesia ou da classe trabalhadora – sugere tanto uma divergência como uma convergência entre os autores. Importante frisar que tal divergência faz sentido em uma análise que para Marini precede à fase de integração capitalista, ou seja, anterior à internacionalização do capital nacional.

Primeiro a divergência. Marini, ao tratar os setores dominantes da burguesia - oligarquia agrária e industriais - enquanto claramente distintos, relaciona as disputas e as alianças intraburguesas com as possibilidades de ascensão política de setores baixos da sociedade e vice-versa. Por exemplo:

(...) a investida fracassada da oligarquia, em 1932, reforça a posição da pequena-burguesia, cuja ala radical, unida ao proletariado, deseja aprofundar a transformação revolucionária (...). A insurreição de esquerda de 1935 termina, entretanto, com a derrota dessa tendência, o que permite que a burguesia consolide sua posição. Aliando-se à oligarquia e ao setor direitista da pequena-burguesia (...). (MARINI, 2012, p. 136).

Portanto, para Marini, as contradições burguesas apesar de não terem ameaçado as bases do poder, geravam possibilidades de lutas com potenciais para alterar o regime do capitalismo. Isto porque, a despeito da aliança entre os setores dominantes, houve momentos de reação do setor industrial ante a oligarquia que convulsionou o país (as crises políticas de 1954 e 1961, no Brasil,

² Segundo Noberto Bobbio, Karl Marx desenvolve em sua obra *Os 18 brumário de Luís Bonaparte* o conceito de bonapartismo. Trata-se da ocorrência de um governo que submete o parlamento ao executivo, liderado por um líder com certo apelo popular e que se coloca enquanto representante da nação e árbitro dos interesses de classes. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. P. 117-118.

são citadas como exemplos). Do mesmo modo, o autor irá identificar uma burguesia industrial de bens leves destinado ao mercado interno com aspirações divergentes do setor industrial de bens de produção, no período inicial da integração do Brasil ao capital estrangeiro.

Por outro lado, para Florestan a composição da burguesia nacional se estabeleceu de forma que não permitiria oposições que viessem de fora da chamada “grande burguesia”. O autor é taxativo ao afirmar que a “democracia restrita” do capitalismo brasileiro permitia um espaço político para tais aspirações apenas no campo formal, na prática a reação da burguesia era violenta. Desta forma, as oposições “permitidas” eram de dentro desta burguesia (média e pequena burguesia), legitimados como “dentro da ordem” ou de “feições democráticas”. Porém, na realidade eram débeis por serem de origem burguesa: “Isso não só explica a feição tomada pelas rebeliões militares, na década de 20, pela revolução da Aliança Liberal ou pela Revolução Constitucionalista, 30 e 32, e outros movimentos posteriores”. (FERNANDES, 1976, p. 213). Em contraste com o trato dado a tais movimentos, havia um exacerbado controle sobre o movimento sindical e insegurança quanto aos “movimentos populistas” devido a sua composição operária.

Portanto, a divergência dos autores consiste em que Marini via uma potencialidade revolucionária em setores baixos da burguesia e que a dualidade do capitalismo brasileiro poderia abrir brechas para estes movimentos. Já para Florestan, a revolução burguesa tinha chegado a um grau de domínio e coesão que não permitia partirem transformações radicais desde dentro de suas fileiras.

Por trás das visões distintas dos autores sobre as possibilidades de transformação do capitalismo em sua fase prévia à integração ao capital monopolista existe uma questão que move as elucubrações sobre o capitalismo brasileiro: quais foram as opções alternativas de desenvolvimento da burguesia? Para tal resposta os autores, principalmente Marini, vão além de analisar a burguesia nacional, e a inserem na dinâmica do capitalismo internacional. Por sua vez, está na abordagem do vínculo da burguesia nacional com o capitalismo internacional a convergência de ambos os autores.

Para Ruy Mauro Marini, a partir de 1945 houve um novo caráter da dependência dos países latino-americanos. Com o fim da II Guerra Mundial

ocorreu um processo de integração do capitalismo periférico ao capitalismo hegemônico. Os Estados Unidos serão o centro do capitalismo com a concentração e monopolização do capital por parte de suas indústrias.³ Segundo Marini, no momento em que as burguesias nacionais consideraram conveniente desenvolver as indústrias de base houve um processo de “assédio” do capital estrangeiro. A primeira reação da burguesia industrial foi a formulação de “uma ideologia nacionalista orientada para a definição de um modelo de desenvolvimento capitalista autônomo” (MARINI, 2012, p. 60). No campo econômico, a burguesia tenta reunir excedentes para a importação dos bens de produção a despeito das condições exteriores adversas. Para tal objetivo, houve a necessidade de ceder benefícios e incentivos para o setor agroexportador. Com o intuito de que não ocorresse uma limitação da capitalização necessária, o setor industrial transfere para o trabalho os custos pelo investimento da nova fase industrial, ou seja, uma prática capitalista que Ruy Mauro Marini vai formular enquanto um princípio fundamental do subdesenvolvimento: a “superexploração do trabalho”. A consequência foi um rompimento com as políticas populares, abrindo mão de reformas estruturais e distribuição de renda, perdeu-se a classe trabalhadora enquanto uma aliada tática. Ao passo que há uma intensificação no decorrer dos anos de 1950 da tentativa de penetração do capital estrangeiro. Desta forma, a burguesia nacional abre mão da tentativa de um desenvolvimento autônomo e realiza o advento dos bens de produção – maquinários obsoletos para o capitalismo central – através das entradas dos capitais estrangeiros em forma associada às empresas locais. Inicia-se, portanto, uma nova fase do capitalismo dependente, mais radical, intitulada pelos teóricos da Teoria Marxista da Dependência enquanto “capitalismo integrado”.

Portanto, a década de 1950 será uma fase de transformação importante para o capitalismo brasileiro. Nos quatro primeiros anos desta década - último governo Vargas - ocorrem dois movimentos da burguesia industrial: a tentativa de formular uma ideologia nacionalista de desenvolvimento, nesse contexto surge o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), e em movimento contrário uma capitulação em relação ao avanço conservador, vide a

³ Para entender os motivos da ascensão dos EUA no sistema capitalista pós-guerra ver: BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular. 2012, p. 114.

Lei de Segurança Nacional e a reforma cambial. Nesta altura, a integração do capital estrangeiro à economia brasileira se tornou irreversível. Será neste contexto econômico que os teóricos do desenvolvimento nacional irão formular projetos nacionalistas. Sob o mesmo governo, de Café Filho, que assinou a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o Ministério da Fazenda ficou sob controle de Eugênio Gudin, “abertamente favorável ao capital estrangeiro.” (MARINI, 2012, p. 80).

Florestan Fernandes irá realizar a seguinte reflexão sobre o capitalismo dependente: “(...) o capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um “capitalismo difícil”, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parteiras e amas-secas.” (FERNANDES, 1976, p.214). Se a revolução burguesa era de difícil realização sob o capitalismo dependente, a sua concretização era fundamental para a manutenção do capitalismo no Brasil. Portanto, ao utilizar o termo “revolução”, o autor está descartando a aceção de uma inviabilidade da burguesia brasileira, pelo contrário, está auferindo a sua realização dentro de suas possibilidades e limites. Neste sentido, assim como Marini, o sociólogo vai identificar na passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista os limites desta revolução burguesa e ao mesmo tempo a derrocada do que qualifica enquanto uma “ilusão” burguesa de desenvolvimento. A crença em um desenvolvimento universal das burguesias iludiu setores dominantes durante o processo de transição do capitalismo competitivo para o monopolista. Assim Florestan definiu a ilusão burguesa:

(...) as forças acumuladas sob o capitalismo competitivo seriam suficientes tanto para a autonomização do desenvolvimento capitalista interno, quanto para conferir à burguesia nacional (através e com base no seu setor industrial) uma forte orientação democrático nacionalista. (FERNANDES, 1976, p. 216).

Segundo o autor, tal ilusão era compartilhada pela alta burguesia, porém tinha como principal promotor uma pequena-burguesia radicalizada. Tanto para Florestan quanto para Marini, os anos de 1950 marcam a ascensão deste pensamento por um capitalismo autônomo ao passo da crescente entrada de capital estrangeiro. Entretanto, os rumos políticos e econômicos da década aceleraram o desenvolvimento de outro caráter da burguesia nacional: conservadora e integrada ao capital internacional. Florestan cita três fatores, dois internos e, por fim, um externo. Os dois fatores internos são: 1) a pressão

das massas populares, que apesar de não ameaçarem a base de poder preocupava os círculos mais conservadores 2) A intervenção cada vez mais direta do Estado na economia, preocupando a iniciativa privada. Já o fator externo diz respeito à avassaladora entrada de capitais estrangeiros, os quais continham um forte conteúdo político que pressionava um desenvolvimento que garantisse condições adequadas de investimento e lucro das empresas estrangeiras no Brasil. “Essa pressão continha um elemento político explícito: condições precisas de desenvolvimento com segurança (...)” (FERNANDES, 1976, p.216).

Assim, a transição para o capitalismo monopolista, para Florestan Fernandes, ou para o capitalismo integrado, como conceitua Ruy Mauro Marini, aprofundam o caráter conservador da burguesia nacional ao mesmo tempo em que põe fim a um ciclo de tentativas de “desenvolvimento autônomo”, para Marini, e de “ilusões” burguesas, para Florestan.

O golpe de 1964 será para Florestan o início de um regime burguês agindo de forma hegemônica, em associação íntima com o capital estrangeiro e com um Estado como instrumento exclusivo do poder burguês. Marini aponta que o golpe marcou a consolidação da integração da burguesia ao imperialismo abrindo mão de uma política de “cooperação antagônica” entre o Brasil e os países desenvolvidos.

Considerações finais

Desta forma, a partir de um exercício de “diálogo” entre as duas obras clássicas de Marini e Florestan, à guisa de conclusão, depreendemos algumas noções de tais autores sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro que servem como referenciais para os estudos acerca do referido tema, destacamos três: 1) A ilusão burguesa de desenvolvimento capaz de conferir à sua classe uma autonomia para o trato das questões nacionais, tal como uma “revolução democrática”; 2) O efeito da entrada de capital estrangeiro na fase de transição do capitalismo brasileiro após a II Guerra Mundial, condicionando a burguesia nacional e seus arranjos políticos internos aos interesses externos; 3) Por fim, o papel histórico da oligarquia agrária na formação da burguesia brasileira,

tornando-a singular, compondo a classe dominante através de uma linha tênue com o setor industrial.

Referências Bibliográficas

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular. 2012.

MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Graal. 1999.